

A PERIFERIA COMO LOCAL DE TRABALHO: DESLOCAMENTOS PENDULARES EM DIREÇÃO À PERIFERIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO EM 2000 E 2010 (MOBILIDADE URBANA E DIREITO À CIDADE)

Dr. Ulisses Carlos Silva Ferreira
UFMT | ulisses.ferreira@ufmt.br

Sessão Temática 08: MOBILIDADE URBANA E DIREITO À CIDADE

Resumo: Os movimentos pendulares são aqueles caracterizados pelos deslocamentos diários que trabalhadores fazem para chegar ao trabalho quando mora num município e trabalham em outro. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro a maior parte desse deslocamento ocorre em direção à capital. No entanto, verifica-se que esse contingente tem diminuído em termos relativos, o que indica novos papéis assumidos pelos municípios da periferia. Neste trabalho, a partir da análise de dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, analisou-se em diferentes classes sociais, esses deslocamentos. As classes foram constituídas a partir de um modelo de estratificação sócio-ocupacional presente em diversos estudos do Observatório das Metrôpoles. Como resultados, mostrou-se que a capital continua sendo o principal destino de todas as classes, mas que municípios na Baixada Fluminense, em especial Duque de Caxias e Novas Iguaçu passaram a atrair trabalhadores classificados como da classe dominante.

Palavras-chave: Movimentos pendulares; estratificação sócio-ocupacional; Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

THE PERIPHERY AS A WORKPLACE: COMMUTING PATTERNS TOWARDS THE METROPOLITAN PERIPHERY OF RIO DE JANEIRO IN 2000 AND 2010

Abstract: *Commuting refers to the daily journeys of workers traveling to their jobs when residing in one municipality and working in another. In the Rio de Janeiro Metropolitan Region, most of these movements are directed toward the capital. However, this contingent has decreased in relative terms, indicating new roles being assumed by peripheral municipalities. This study analyzed these movements across different social classes based on data from the 2000 and 2010 Demographic Censuses. The classes were defined using a socio-occupational stratification model widely adopted in studies by the Observatório das Metrôpoles. The results show that the capital remains the primary destination for all classes, but municipalities in the Baixada Fluminense, especially Duque de Caxias and Nova Iguaçu, have increasingly attracted workers classified as part of the dominant class.*

Keywords: *Commuting; socio-occupational stratification; Rio de Janeiro Metropolitan Region.*

LA PERIFERIA COMO LUGAR DE TRABAJO: DESPLAZAMIENTOS PENDULARES HACIA LA PERIFERIA METROPOLITANA DE RIO DE JANEIRO EN 2000 Y 2010

Resumen: *Desplazamientos pendulares se refiere a los trayectos diarios de los trabajadores que se desplazan hacia sus empleos residiendo en un municipio y trabajando en otro. En la Región Metropolitana de Río de Janeiro, la mayoría de estos movimientos se dirigen hacia la capital. Sin embargo, este contingente ha disminuido en términos relativos, lo que indica nuevos roles asumidos por los municipios periféricos. Este estudio analizó estos desplazamientos entre diferentes clases sociales, basándose en datos de los Censos Demográficos de 2000 y 2010. Las clases fueron definidas mediante un modelo de estratificación socio-ocupacional ampliamente utilizado en los estudios del Observatório das Metrôpoles. Los resultados muestran que la capital sigue siendo el principal destino para todas las clases, pero que los municipios de la Baixada Fluminense, especialmente Duque de Caxias y Nova Iguaçu, han comenzado a atraer a trabajadores clasificados como de clase dominante.*

Palabras clave: *Desplazamientos laborales; estratificación socio-ocupacional; Región Metropolitana de Río de Janeiro.*

INTRODUÇÃO

Os deslocamentos pendulares são definidos como os movimentos de trabalhadores que moram e trabalham em municípios diferentes. Esse tipo de deslocamento espacial da população se difere, por exemplo, da migração, pois é um fluxo momentâneo, isto é, o movimento é casa-trabalho-casa diariamente, enquanto a migração pressupõe uma mudança fixa de residência.

Esses fluxos aumentaram entre 2000 e 2010, principalmente para aquelas pessoas que estavam num estrato social mais elevado, nas ocupações de nível superior e de dirigentes (FERREIRA; JANNUZZI; GIANNELLA, 2023). No caso da RMRJ, quase a totalidade desses deslocamentos são intrametropolitanos, ou seja, ocorrem dentro do espaço institucionalmente delimitado pelo Estado.

No que refere ao destino, o principal município de trabalho é o núcleo metropolitano e capital do estado, em que mais de 60% dos deslocamentos tem esse destino. Essa direção já foi mais intensa, em 2000 a capital era o destino de 70% das pessoas que realizavam deslocamento pendular nas diferentes classes sociais, em 2010 eram 64%. Isto é, entre 2000 e 2010 os fluxos em direção ao Rio de Janeiro apresentavam uma tendência de queda, indicando um maior espalhamento desses fluxos pela RMRJ. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo discutir os fluxos em direção à periferia metropolitana do Rio de Janeiro, em 2000 e 2010 a partir de um modelo de estratificação sócio-ocupacional utilizado pelo Observatório das Metrôpoles.

Desse modo, essa dispersão ocorreu principalmente para as áreas periféricas da região, em especial na Baixada Fluminense. Ressalta-se que esse dinamismo na Baixada Fluminense foi marcado por altas taxas de desemprego até o início dos anos 2000, em que se verificava uma taxa de desocupação que atingia cerca de 20% da força de trabalho (LAGO, 2008), mas que reduziu pela metade em 2010, em que pouco mais de 10% da força de trabalho encontrava-se desocupada.

O aumento do fluxo em direção à periferia metropolitana indica um certo dinamismo desses municípios, principalmente na Baixada Fluminense. A criação de novos postos de trabalho contribuiu para atrair profissionais de diversas classes ocupacionais, principalmente de alta escolaridade e remuneração. Embora a capital continue a ser o principal destino dos trabalhadores, a periferia apresentava um importante movimento de reorganização do trabalho, se tornando uma opção para o conjunto de trabalhadores da RMRJ.

Por fim, este trabalho conta, além desta introdução, com mais cinco sessões. Uma de materiais e métodos em que se discute a operacionalização para análise dos dados, discutindo como organizar e tratar os dados para a construção dos estratos sociais e ocupacionais. Há ainda uma sessão em que se apresenta a revisão da literatura, destacando o par metropolização e movimentos pendulares, a partir de uma abordagem crítica. Uma seção de análise dos resultados, em que destacamos os fluxos das diferentes classes em

direção à periferia metropolitana, em especial os fluxos com destino à Baixada Fluminense. Por último, temos as considerações finais, com indicações de possíveis estudos futuros e limitações deste trabalho e as referências bibliográficas deste artigo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho utilizou como base de dados os microdados da amostra dos censos demográficos de 2000 e 2010. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o censo “é um retrato de corpo inteiro do país com o perfil da população e as características de seus domicílios, ou seja, ele nos diz como somos, onde estamos e como vivemos” (IBGE,2011). Além disso, ressalta-se que microdados são os dados em sua forma mais bruta disponibilizados pelo IBGE, sem qualquer tipo de agrupamentos das informações, ou seja, cada linha da base de dados representa um elemento da amostra, que por sua vez, representa um grupo de pessoas.

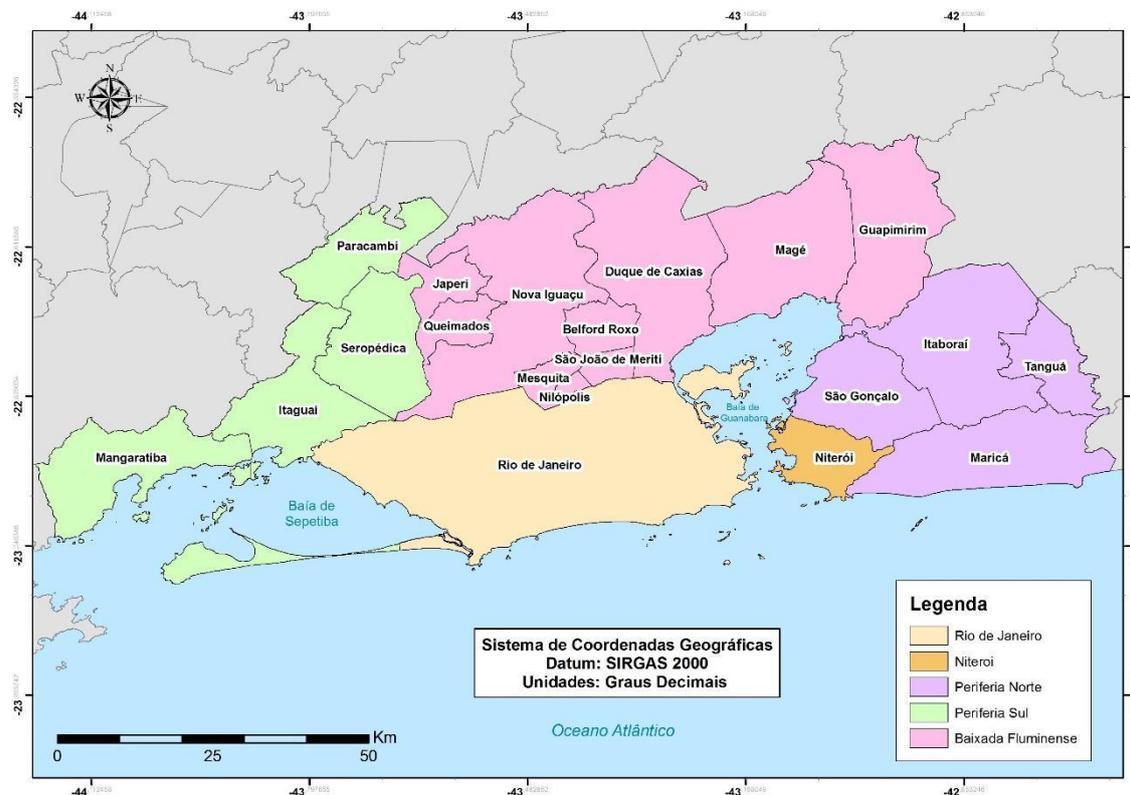
A partir dos microdados expandimos as informações para toda a população a partir das variáveis P001 e V0010, que contém os pesos amostrais dos indivíduos selecionados nos levantamentos de informações. Destaca-se que Ferreira, Jannuzzi e Giannella (2023) afirmam que esse procedimento é necessário, pois reduz os vieses na análise dos dados. A expansão dos dados significa que cada indivíduo da amostra representa um conjunto de pessoas, assim essa representação foi realizada a partir dos pesos amostrais. Caso esse procedimento não seja realizado, os resultados dos censos são gerados com distorções dos resultados, sendo, portanto, uma etapa importante para analisar os dados amostrais do IBGE.

Feito este tratamento nas bases de dados, filtrou-se pessoas residentes em municípios da RMRJ e que trabalhavam na região, tanto na base de 2000, quanto na base de 2010. Desse modo, do conjunto de municípios do estado do Rio de Janeiro, estamos trabalhando com 20 deles, a saber: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

Destaca-se que neste período Mesquita tornou-se independente de Nova Iguaçu e passou a constar nos dados de 2010. Esse desmembramento não causa prejuízos à análise porque os movimentos pendulares foram discutidos a partir de uma regionalização proposta por Lago (20707), como pode ser visto no Mapa 1. Nessa regionalização, Mesquita e Nova Iguaçu compõem a mesma sub-região da RMRJ, a Baixada Fluminense.

Além disso, entre 2000 e 2010, o município de Mangaratiba deixou de parte da RMRJ, no entanto, ele foi mantido na análise para que a mesma área fosse comparada em dois momentos. Ou seja, a manutenção de Mangaratiba na base de dados, bem como o desmembramento de Mesquita garantem que os dados sejam comparados na mesma área territorial, que, por sua vez, é uma condição importante para não superestimar ou subestimar os dados no período analisado.

Mapa 1: Mapa das sub-regiões da RMRJ



Fonte: Malhas Cartográficas – IBGE

Em seguida, tratou-se a base para criar uma variável auxiliar para análise, a estrato. Essa variável foi construída a partir das variáveis V4452 (censo de 2000) e V6462 (censo de 2010), que contém as ocupações das pessoas que estavam empregadas no período de referência da pesquisa, categorizadas conforme o Código de Ocupações Domiciliares proposto pelo IBGE. Destaca-se que o estrato foi classificado em três categorias: classe popular, classe média e classe dominante, conforme propõem diversos pesquisadores do Observatório das Metrôpoles, tais como Oliveira (2009), Lago e Mamarella (2010), Ribeiro, Gomes e Costa (2013) e Ribeiro (2016).

A proposta do Observatório das Metrôpoles foi construída para ser analisada como uma aproximação da estrutura social baseada em uma divisão de classes, ainda que se leve em consideração principalmente os aspectos objetivos do debate de classes sociais inspirados na teoria de Pierre Bourdieu (RIBEIRO, RIBEIRO e COSTA, 2013) e desconsiderando fatores importantes como etnia, sexo, idade, etc. Com base principalmente na ocupação dos indivíduos se desenvolveu um esquema de classes sociais em três níveis: classe dominante, classe média e classe popular; divididas em oito frações de classes: dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores, ocupações médias, trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não-especializado e trabalhadores agrícolas.

Após o tratamento na base dados, utilizou-se as variáveis local de moradia e local de trabalho em todos os censos demográficos para captar os deslocamentos pendulares e as pessoas que residiam e trabalhavam na RMRJ. Sendo assim, foi criada, em cada uma das bases, uma variável auxiliar que indicava se esse tipo de deslocamento era realizado para cada pessoa presente na amostra. Em seguida, ao cruzar as duas variáveis, local de moradia e local de trabalho, obtivemos os fluxos desses deslocamentos, permitindo, desse modo, analisar os fluxos nos dois períodos. Assim, foram realizadas análises descritivas dos dados, em que se tabularam a origem e o destino desses trabalhadores em 2000 e 2010.

REVISÃO DA LITERATURA

OS DESLOCAMENTOS ESPACIAIS DA POPULAÇÃO

Os deslocamentos espaciais da população, especialmente os deslocamentos pendulares, aliados aos fluxos de capitais, informações e mercadorias, desempenham um papel crucial na compreensão do processo de metropolização do espaço. Conforme apontado por Brito e Souza (2005), foi na década de 1960 que a população urbana no Brasil superou a população rural, um fenômeno fortemente influenciado pelos movimentos migratórios do campo para as cidades.

Esse fenômeno resultou na formação de grandes aglomerados urbanos, que concentraram a maior parte da população. Ainda segundo os autores, uma das principais consequências desse processo foi a intensa concentração populacional em áreas metropolitanas. No final do século XX, aproximadamente um terço da população brasileira residia nessas regiões. Os autores ressaltam ainda que:

Nos aglomerados metropolitanos, tem havido uma tendência ao deslocamento das atividades econômicas, principalmente as industriais, das capitais para os outros municípios, como decorrência das pressões do capital imobiliário pelo uso dos espaços urbanos mais nobres e pela ação do Estado – o que promove a regionalização econômica e facilita as economias de aglomeração. Essa realocação espacial das atividades econômicas e a ação concomitante do capital imobiliário proporcionaram uma redistribuição espacial da população através de uma intensa migração – prioritariamente, entre a capital dos aglomerados urbanos e os municípios vizinhos. Finalmente, as mudanças econômicas e as consequentes migrações têm implicado num grande movimento pendular da população: entre os residentes nos municípios vizinhos e a capital; e entre essa última e os primeiros, ainda que numa proporção menor (BRITO; SOUZA, 2005, p. 52).

Nesse contexto, a metropolização do espaço e os deslocamentos para o trabalho formam um par inseparável, pois esse tipo de mobilidade é fundamental para compreender o fenômeno da metropolização (LENCIONI, 2017).

Conforme argumenta Gaudemar (1977), os deslocamentos para o trabalho não podem ser interpretados apenas como uma escolha dos trabalhadores sobre onde vender sua força de trabalho. O autor enfatiza que o capitalismo impõe uma dupla liberdade aos trabalhadores: a primeira consiste na liberdade de serem indivíduos livres, que podem dispor de sua força de trabalho como uma mercadoria. A segunda é a liberdade de estarem desprovidos de tudo, possuindo apenas sua força de trabalho para vender e, com isso, assegurar sua sobrevivência.

É sob essa ótica que Gaudemar (1977) desenvolve sua análise sobre a mobilidade para o trabalho no sistema capitalista, considerando que os deslocamentos são estruturados a partir dessa dualidade. Nas palavras do autor:

No seu aspecto positivo, a «liberdade» conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele o exerce. Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

Os deslocamentos populacionais não podem ser vistos como processos naturais ou meramente fruto das decisões individuais. Eles são produtos diretos das dinâmicas de reprodução do capitalismo. Nesse contexto, os movimentos em direção a um município ou grupo de municípios não resultam apenas de escolhas pessoais, mas refletem as condições mais favoráveis para a acumulação de capital.

Por meio dos deslocamentos pendulares, por exemplo, é possível observar transformações significativas nas cidades, como a transição de um perfil industrial para um voltado à prestação de serviços. Essa mudança está associada à redução da força de trabalho no setor secundário, ligado à indústria, e ao aumento da demanda em setores relacionados aos serviços. Contudo, nem todas as ocupações possuem o mesmo peso nesse processo: algumas atividades são mais requisitadas do que outras, gerando uma mobilização diferenciada da força de trabalho, em um processo que não é dicotômico, mas dinâmico (GAUDEMAR, 1977).

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), os deslocamentos pendulares desempenharam um papel central desde sua formação. A ocupação das áreas mais distantes dos centros econômicos por trabalhadores de baixa renda reflete a importância desses movimentos na consolidação da região. Os deslocamentos predominantes em direção ao município do Rio de Janeiro reforçam o caráter concentrador do núcleo metropolitano, que abriga a maior parte das oportunidades de emprego, instituições de ensino, atividades de lazer, serviços de saúde e administração pública. Em contrapartida, os fluxos em direção à

periferia metropolitana indicam o surgimento de novas funções nesses espaços, como polos de estudo ou trabalho para estratos sociais médios e dirigentes. Esses deslocamentos para a periferia também revelam uma reorganização espacial das atividades produtivas e, conseqüentemente, uma nova distribuição da demanda por trabalhadores nos setores de serviços, educação, saúde e administração (FERREIRA, 2022).

Os fluxos de pessoas, informações e capitais são fundamentais para entender a dinâmica metropolitana. Do ponto de vista estatal, esses deslocamentos assumem um caráter normativo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a definição de áreas metropolitanas considera os fluxos pendulares, conforme aponta Aranha (2005). No Brasil, o IBGE utiliza esses movimentos na pesquisa REGIC, que organiza a regionalização do país a partir de arranjos populacionais baseados nesses deslocamentos.

Segundo Branco, Firkowski e Moura (2005), é essencial analisar esses fluxos juntamente com outros indicadores, como renda, ocupação e escolaridade. Isso permite identificar padrões de distribuição populacional, segregação espacial e o surgimento de novas centralidades. Este estudo utiliza como base a tipologia de classes do Observatório das Metrôpoles para interpretar os deslocamentos das classes popular, média e dirigente.

As transformações na estrutura ocupacional entre 2000 e 2010 evidenciam uma reconfiguração da periferia metropolitana como espaço de oportunidades de trabalho, deixando de ser apenas um local de moradia. Municípios da Baixada Fluminense, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, destacam-se nesse processo, que reforça a ideia de trabalhadores como “peças móveis” na dinâmica do capitalismo. Assim, os fluxos de trabalhadores, capitais e mercadorias não seguem um único sentido, mas se ajustam às necessidades da reprodução do capital. Nesse cenário, Lago (2008) argumenta que a periferia metropolitana do Rio de Janeiro assumiu um papel de “centro”. Apesar de parecer contraditório, a autora destaca que:

A noção de periferia, construída nos anos 70 nos marcos da sociologia urbana marxista e incorporada em seguida ao senso comum, qualifica um determinado território na metrópole pelo conjunto de carências ali observadas e não encontrado em outro lugar: carência de serviços públicos básicos, de urbanização das áreas públicas, de titularidade da propriedade e de proximidade do mercado de trabalho, entre outras (LAGO, 2008, p. 2).

A aparente contradição entre as noções de centro e periferia abre espaço para uma análise mais abrangente dos fluxos de trabalho, considerando não apenas os deslocamentos em direção ao núcleo metropolitano, mas também quem realiza esses movimentos na RMRJ. Essa abordagem fornece subsídios para compreender as transformações espaciais ocorridas na região durante o período estudado.

A análise dos deslocamentos de pessoas que residem em um município e trabalham em outro constitui uma chave analítica essencial para compreender os desafios da mobilidade urbana em áreas metropolitanas. Esses fluxos não são aleatórios; pelo contrário, refletem as

dinâmicas da reprodução do capital, que, de forma dialética, tanto influencia quanto é moldada por esses movimentos da força de trabalho.

Por um lado, os deslocamentos periferia-periferia e centro-periferia revelam o surgimento de novas centralidades no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. Por outro, os fluxos em direção à periferia metropolitana indicam a emergência de novas funções nesses territórios. A visão de uma periferia atrasada e incapaz de atrair empregos para ocupações médias e dirigentes perdeu relevância no período analisado.

Lago (2008) argumenta que, ao observar a estrutura ocupacional da RMRJ entre 1991 e 2000, é possível identificar uma relativa imobilidade da força de trabalho. Durante esse período, houve um aumento do número de trabalhadores que residiam e trabalhavam no mesmo município, ao mesmo tempo em que se verificavam altas taxas de desemprego na periferia. Como exemplo, Nova Iguaçu e Duque de Caxias apresentavam, nos anos 2000, um elevado dinamismo econômico, mas também enfrentavam taxas significativas de desocupação, com cerca de 20% da força de trabalho nessa condição.

ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

MERCADO DE TRABALHO E DESLOCAMENTOS PENDULARES

A estratificação proposta pelo Observatório das Metrôpoles baseia-se no reconhecimento de que a sociedade é estruturada em classes sociais, utilizando principalmente critérios objetivos para essa segmentação.

O aumento da presença de indivíduos pertencentes à classe dominante em toda a RMRJ já sugere uma melhora nas condições de vida da população metropolitana. Esses indivíduos, em geral, possuem maiores remunerações e formação de nível superior. Na periferia metropolitana, esse crescimento foi ainda mais expressivo, mais que dobrando ao longo de uma década, o que indica o surgimento de um novo papel socio-ocupacional para essa região.

Com foco nos deslocamentos pendulares para o trabalho, é relevante discutir se a intensificação desses fluxos ocorreu de forma homogênea entre as diferentes classes sociais e em todas as áreas da RMRJ. Os dados indicam que a proporção de pessoas que residiam e trabalhavam no mesmo município aumentou 25% na região como um todo. Esse crescimento foi mais acentuado nos municípios da periferia, onde a variação atingiu 56% durante o período analisado. Na capital do estado, esse aumento foi de 23%, enquanto em Niterói a variação foi menor, cerca de 15%, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela1: Variação do total de pessoas que residiam no mesmo município que trabalhavam em 2010 e 2000 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Unidade Territorial	Variação (%)
RMRJ	24,0
Rio de Janeiro	22,7
Niterói	14,8
Periferia	56

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 – IBGE

Observa-se que o crescimento na periferia foi expressivo, com destaque para os trabalhadores da Baixada Fluminense, onde a variação alcançou 70% no período analisado. Em contrapartida, nas periferias norte e sul, as variações foram de 34% e 45%, respectivamente. De acordo com Jannuzzi e Montagner (2020), políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e iniciativas de seguridade social tiveram um impacto considerável no comércio local, fomentando a geração de empregos em pequenos municípios e áreas periféricas. Para os autores, essas políticas possibilitaram a abertura de pequenos negócios, que passaram a “absorver” a força de trabalho local.

Além disso, os municípios fora do núcleo metropolitano registraram importantes reduções nas taxas de desocupação, impulsionadas por uma série de investimentos em infraestrutura e programas sociais. Entre os destaques estão as grandes obras do programa Minha Casa, Minha Vida, a construção do Arco Metropolitano, a expansão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para Nova Iguaçu e as atividades do setor de petróleo em Duque de Caxias. Durante essa década, a taxa de desocupação na periferia foi reduzida pela metade, conforme evidenciado na Tabela 2.

Tabela 2: Taxas de desocupação em 2000 e 2010 na RMRJ

Município	Situação	2000	TD (em %)	2010	TD (em %)
RMRJ	Economicamente ativo	5.080.372	17,83	5.793.027	8,56
	Desocupado	905.724		495.983	
Rio de Janeiro	Economicamente ativo	2.791.262	15,87	3.152.146	7,28
	Desocupado	443.089		229.324	
Niterói	Economicamente ativo	227.912	14,09	251.402	6,37
	Desocupado	32.122		16.026	
Periferia	Economicamente ativo	2.061.201	20,89	2.391.479	10,48
	Desocupado	430.514		250.633	

Nota: TD = Taxa de Desocupação

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE

Um dado importante é que a RMRJ concentrava 75% dos empregos, é algo muito acima da média nacional. Mas ainda que a capital fosse o principal polo de trabalho, com mais

das metades dos ocupados, é possível ver na Tabela 3 que os empregos também se espalharam pela região nesse período.

Tabela 3: Distribuição dos trabalhadores em diferentes unidades territoriais da RMRJ em 2000 e 2010

Unidade Territorial	2000	%	2010	%
RMRJ	4.173.297	100	5.261.773	100
Rio de Janeiro	2.347.324	56,25	2.909.343	55,29
Niterói	195.672	4,69	231.705	4,40
Periferia	1.365.553	32,72	2.120.725	40,30
Baixada Fluminense	841.530	20,16	1.401.330	26,63
Periferia Norte	449.058	10,76	607.272	11,54
Periferia Sul	74.783	1,79	112.123	2,13

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 - IBGE

Embora em termos absolutos o número de pessoas empregadas tenha crescido em todas as áreas da RMRJ, o aumento na periferia chama bastante atenção porque 40% das pessoas empregadas estavam nessa área, sendo mais de um quarto dos empregos localizados na Baixada Fluminense. Sendo assim, não surpreende que a intensificação dos deslocamentos pendulares na RMRJ tenha ocorrido principalmente entre os moradores da capital e da periferia, em que essa variação superou os números apresentados no conjunto da região, como pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4: Variação das pessoas que realizavam deslocamentos pendulares em diferentes unidades territoriais do Rio de Janeiro em 2000 e 2010

Unidade Territorial	Variação
RMRJ	35,6
Rio de Janeiro	106,1
Niterói	28,1
Periferia	54,3
Baixada Fluminense	61,9
Periferia Norte	36,4
Periferia Sul	65,4

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 – IBGE

No município do Rio de Janeiro, os deslocamentos pendulares dobraram em 10 anos, com a Baixada Fluminense sendo o principal destino desses trabalhadores. O crescimento da pendularidade na periferia foi mais acentuado nos municípios da Baixada Fluminense, que se destacaram como a área periférica na geração de empregos em toda a RMRJ.

Nesse contexto, é fundamental analisar esses dados à luz das classes sociais. A Tabela 5 mostra a variação dos deslocamentos pendulares em diferentes unidades territoriais e estratos sócio-ocupacionais. Em todas as áreas, exceto Niterói, o número de

pessoas da classe dominante que realizavam esses deslocamentos mais do que dobrou no período analisado. Já em Niterói, observou-se uma redução absoluta no número de deslocamentos pendulares realizados pelas classes popular e média.

Tabela 5: Variação do volume de pessoas que realizavam deslocamentos pendulares em diferentes unidades territoriais e classes no Rio de Janeiro em 2000 e 2010

Unidade Territorial	Classe	2000	2010	Variação
		Pendular	Pendular	
ERJ	Popular	525.849	634.514	20,66
	Média	254.514	332.553	30,66
	Dirigente	66.611	150.378	125,76
RMRJ	Popular	456.821	526.539	15,26
	Média	217.104	273.103	25,79
	Dirigente	54.134	118.081	118,13
Rio de Janeiro	Popular	8.803	18.340	108,33
	Média	15.477	23.457	51,56
	Dirigente	9.860	23.361	136,93
Niterói	Popular	10.790	8.323	-22,86
	Média	24.342	23.734	-2,50
	Dirigente	17.908	29.102	62,51
Periferia	Popular	437.230	499.877	14,33
	Média	177.284	225.912	27,43
	Dirigente	26.366	65.618	148,87

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 – IBGE

A intensificação dos deslocamentos pendulares ocorreu principalmente entre a classe dominante, com destaque para a periferia, que foi a área que registrou o maior crescimento nessa década. Em contraste, Niterói foi a única região onde o número de pessoas da classe dominante realizando deslocamentos pendulares não dobrou, embora o crescimento tenha sido expressivo e superado a variação observada na RMRJ como um todo. Além disso, nas classes popular e média, Niterói apresentou reduções em números absolutos, incluindo aqueles que moravam e trabalhavam no município, com exceção da classe dominante.

A Tabela 5 também revela que a intensificação dos deslocamentos pendulares entre os residentes da capital se deu majoritariamente nas classes populares e dirigentes. Esse padrão é distinto do observado nas demais áreas, onde as classes média e dominante registraram as maiores variações no período, exceto em Niterói.

Para compreender melhor essa dinâmica dos deslocamentos, é fundamental analisar as origens e destinos desses fluxos, levando em consideração as diferentes classes sociais.

Esse olhar revela mudanças sutis nos papéis da metrópole e da periferia dentro da dinâmica do mercado de trabalho na RMRJ.

As mudanças nos perfis das classes que se deslocam na RMRJ refletem transformações na estrutura social da região metropolitana. As classes dirigentes, compostas por grandes empregadores, líderes do setor público e privado, e profissionais de nível superior, foram as que mais intensificaram seus movimentos pendulares. Esses fluxos indicam áreas onde há maior demanda por esses trabalhadores, não de maneira aleatória, mas alinhados à dinâmica de reprodução do capitalismo em escala metropolitana.

A classe média também apresentou uma intensificação nos deslocamentos pendulares. Composta por profissionais de nível técnico, trabalhadores de escritório, da saúde, educação, segurança e outros, essa classe de trabalhadores de média remuneração tem uma presença significativa na periferia e em áreas mais pobres da metrópole. As atividades ligadas ao comércio e aos serviços, altamente demandadas pelo núcleo das regiões metropolitanas, refletem essa nova fase do processo de metropolização.

A classe popular, formada por pessoas de estratos sociais mais baixos, ocupando funções como ambulantes, empregadas domésticas, trabalhadores agrícolas e prestadores de serviços não especializados, manteve ou até reduziu a pendularidade em termos percentuais. Assim, observa-se um duplo processo: um aumento no número de pessoas da classe dominante empregadas, com um crescimento significativo nos deslocamentos pendulares, e uma leve redução da classe popular em termos percentuais, mas com um aumento no número de pessoas que moram e trabalham no mesmo município. Isso sugere que as classes dirigentes têm maior mobilidade para buscar empregos em toda a região metropolitana, enquanto a classe popular tem sido "absorvida" pela dinâmica econômica local, impulsionada principalmente pelos efeitos das políticas sociais (JANNUZZI; MONTAGNER, 2020).

Por fim, na próxima seção, esses fluxos serão analisados em maior profundidade, abordando os principais destinos, o tempo de deslocamento para o trabalho e as principais diferenças nos deslocamentos pendulares entre as classes sociais.

ORIGENS E DESTINOS DOS DESLOCAMENTOS PENDULARES

Os deslocamentos pendulares referem-se aos movimentos diários de trabalhadores que residem e trabalham em municípios diferentes. Esse tipo de deslocamento é distinto da migração, pois se caracteriza por um fluxo temporário, no qual o movimento se dá de casa para o trabalho e vice-versa, todos os dias, enquanto a migração envolve uma mudança permanente de residência.

Entre 2000 e 2010, esses fluxos aumentaram, especialmente entre as pessoas de estrato social mais elevado, ocupando cargos de nível superior e de maior remuneração. No caso da RMRJ, quase a totalidade desses deslocamentos é intrametropolitana, ou seja, ocorre dentro dos limites territoriais estabelecidos pelos municípios que compõem a região metropolitana, ou seja, dentro do espaço institucionalmente delimitado.

Em relação aos destinos, o principal município de trabalho é o núcleo metropolitano e a capital do estado, para o qual mais de 60% dos deslocamentos são direcionados. Esse percentual já foi mais elevado: em 2000, a capital recebia 70% dos deslocamentos pendulares de pessoas de diferentes classes sociais, enquanto em 2010 esse número caiu para 64%. Ou seja, entre 2000 e 2010, os fluxos em direção ao Rio de Janeiro apresentaram uma tendência de queda, indicando uma maior dispersão desses fluxos por toda a região metropolitana. Os Quadros 1 e 2 apresentam as origens e destinos dos deslocamentos intrametropolitanos da força de trabalho em 2000 e 2010, respectivamente.

Quadro 1: Origem e destino da força de trabalho RMRJ em 2000

Mora/Trabalha	MRJ	Niterói	Periferia			Total
			BF	PN	PS	
Rio de Janeiro	0	5.001	14.748	743	2.825	23.317
Niterói	40.668	0	991	7.065	104	48.828
Baixada Fluminense	352.785	5.222	68.637	1.060	1.836	429.540
Periferia Norte	70.314	74.557	1.042	10.401	65	156.380
Periferia Sul	10.208	149	1.200	30	2.949	14.536
Total	473.976	84.929	86.618	19.299	7.780	672.602
%	70,5	12,6	12,9	2,9	1,2	100

Nota: MRJ = Município do Rio de Janeiro;

BF = Baixada Fluminense;

PN = Periferia Norte e

PS = Periferia Sul

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 - IBGE

Quadro 2: Origem e destino da força de trabalho na RMRJ em 2010

Mora/Trabalha	MRJ	Niterói	Periferia			Total
			BF	PN	PS	
Rio de Janeiro	0	7.960	26.630	2.069	5.643	42.302
Niterói	46.212	0	1.562	9.354	99	57.228
Baixada Fluminense	415.139	7.945	106.781	2.239	3.374	535.478
Periferia Norte	77.355	104.629	2.509	17.326	183	202.002
Periferia Sul	14.987	278	1.915	62	4.905	22.146
Total	553.692	120.812	139.398	31.050	14.204	859.156
%	64,4	14,1	16,2	3,6	1,7	100

Nota: MRJ = Município do Rio de Janeiro;

BF = Baixada Fluminense;

PN = Periferia Norte e

PS = Periferia Sul

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 - IBGE

Os deslocamentos pendulares não apenas apresentaram uma redução percentual em direção ao Rio de Janeiro, mas também aumentaram em direção a Niterói e à periferia. No entanto, em 2000, os fluxos para a Baixada Fluminense eram quase iguais aos de outros destinos, com uma diferença mínima de 0,3%. Já em 2010, os fluxos para os municípios da Baixada se consolidaram como o segundo maior destino de trabalho na RMRJ. O fato da Baixada Fluminense ter se tornado o segundo maior destino de força de trabalho em 2010 reflete um dinamismo econômico dos municípios periféricos como centros de trabalho, atraindo até mesmo aqueles que não residem nessas regiões.

Adiante, analisamos os deslocamentos pendulares com destinos à periferia metropolitana, fazendo os recortes de classe social (popular, média e dirigente). Essa discussão nos mostra resultados interessantes como, por exemplo, a ampliação, em direção à periferia, do estrato social mais elevado, representado pela classe dominante.

A periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro era composta por 18 municípios em 2010, uma a mais em comparação com 2000 devido ao desmembramento de Mesquita de Nova Iguaçu entre os anos em que foram realizados os Censos Demográficos em questão. Em termos de área, estamos nos referindo ao mesmo perímetro em 2000 e 2010. Devido à grande concentração na capital do estado, o volume populacional da periferia e do município do Rio de Janeiro são próximos. Em 2010, havia mais de seis milhões de habitantes na capital e pouco mais de 5 milhões nos municípios da periferia.

Os dados sobre a periferia são apresentados a partir da organização de diferentes áreas, como a Baixada Fluminense, a Periferia Sul e a Periferia Norte. Essas regiões, do ponto de vista da estrutura social, apresentam perfis semelhantes, sendo predominantemente habitadas pela classe popular, mas com um aumento significativo da classe dominante entre 2000 e 2010. De maneira geral, ao analisar os deslocamentos pendulares para a periferia, observa-se que eles permaneceram estáveis em termos de distribuição das origens desses fluxos durante o período de 2000 a 2010. O volume de pessoas que se deslocavam para a periferia teve um aumento de pouco mais de 60% ao longo de dez anos. Em 2000, 113 mil pessoas se dirigiam à periferia, enquanto em 2010 esse número subiu para mais de 184 mil. É importante destacar que essa variação é muito superior ao aumento da população da idade ativa, demonstrando que o crescimento da população nesse período não é suficiente para explicar essas mudanças.

É interessante notar que os fluxos de deslocamentos pendulares periferia-periferia cresceram entre 2000 e 2010, mas não a ponto de ser o local de destino da maior parte desses deslocamentos. Ou seja, os deslocamentos periferia-centro ainda eram muito expressivos. Na Tabela 6 esse resultado fica mais destacado, em que se nota, por exemplo, que 20% dos deslocamentos tinham como origem os municípios da Baixada Fluminense.

Tabela 6: Percentual de pessoas que tinham a Periferia como destino de trabalho em 2000 e 2010 por diferentes unidades territoriais da RMRJ

Unidade Territorial	2000	2010
Rio de Janeiro	78,55	81,18
Niterói	16,71	19,25
Baixada Fluminense	16,65	20,99
Periferia Norte	7,36	9,91
Periferia Sul	28,75	31,08

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE

Destaca-se que a periferia metropolitana era o principal destino das pessoas que residiam no município do Rio de Janeiro. E uma em cada cinco pessoas de Niterói e da Baixada Fluminense se deslocavam para a periferia. A Periferia Norte era a que menos se deslocava para outros municípios da periferia, uma vez que o município de Niterói era o principal ponto de chegada dessas pessoas.

O recorte de classe é fundamental para compreender a dinâmica da pendularidade em direção à periferia metropolitana. Embora o município do Rio de Janeiro continuasse a ser o principal destino de todas as classes sociais em 2010, havia uma tendência de maior dispersão dos movimentos pendulares, constituindo uma rede metropolitana. Essa dispersão ocorre, principalmente, em direção aos municípios da periferia e, em especial, os da Baixada Fluminense. Na Tabela 7 é possível ver que em todas as classes sociais ocorreu uma redução percentual com os destinos para a capital ao mesmo tempo em que aumentam em direção à Periferia.

Tabela 7: Percentual dos deslocamentos pendulares com destino ao município do Rio de Janeiro e aos municípios da Periferia em 2000 e 2010.

Classe	2000		2010	
	Rio de Janeiro	Periferia	Rio de Janeiro	Periferia
Popular	71,6	15,2	65,3	19,9
Média	69,6	18,4	65	21,4
Dirigente	63,6	26	59,3	29,5

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE

Nota-se que o Rio de Janeiro era o principal destino de todas as classes sociais, sendo o ponto de chegada da maior parte das pessoas que realizavam deslocamento pendular. No entanto, os deslocamentos nessa direção foram diminuindo em percentual ao mesmo tempo que aumentou em direção à periferia em todas as classes sociais. É interessante destacar que os deslocamentos para a Periferia eram formados principalmente por pessoas da classe dominante em 2000 e 2010.

Nesse sentido, é importante mostrar as origens dos deslocamentos em direção à periferia nas diferentes classes sociais. Entre 2000 e 2010 o fluxo de pessoas da classe popular variou 54%, da classe média 48% e da classe dominante mais do que dobrou, passando de pouco mais de 12 mil para mais de 30 mil deslocamentos diários. O Quadro 3 mostra a origem dos deslocamentos da classe popular para as diferentes áreas da periferia.

Quadro 3: Origem dos deslocamentos pendulares da classe popular com destino aos municípios da Periferia em 2000 e 2010.

Unidade Territorial	2000				2010			
	BF	PN	PS	Total	BF	PN	PS	Total
Total	49.869	10.553	3.823	64.246	76.334	154	7.069	99.008
Rio de Janeiro	4.205	115	845	9.164	6.98	410	1.988	9.382
Niterói	134	2.446	57	2.338	154	2.194	9	2.357
Baixada Fluminense	44.082	796	1.017	45.895	66.880	1.514	2.454	7.088
Periferia Norte	614	709	26	8.118	1.200	11.448	43	12.691
Periferia Sul	835	17	1.879	2.731	1.117	38	2.875	4.029

Nota: BF = Baixada Fluminense; PN = Periferia Norte e PS = Periferia Sul

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE

Observa-se que os fluxos migratórios da classe popular oriunda do Rio de Janeiro concentraram-se em duas áreas principais: a Baixada Fluminense e a Periferia Sul. Na Baixada Fluminense destacam-se os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, que desempenham papéis centrais na região. Em Duque de Caxias, localizam-se importantes polos de emprego, como uma refinaria de petróleo, um polo gás-químico, diversas indústrias dos setores químico e metalúrgico, além de instituições de ensino superior públicas e privadas. Já em Nova Iguaçu, encontram-se centros educacionais relevantes, como um campus do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), além de indústrias nos setores alimentício e siderúrgico.

Por outro lado, os fluxos da classe popular oriundos de Niterói foram direcionados majoritariamente para os municípios da Periferia Norte. Esse movimento foi favorecido pela proximidade geográfica e pela rede de transporte que facilita os deslocamentos, além de obras de grande relevância na região, como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí, e o crescimento econômico de Maricá impulsionado pelas atividades ligadas ao petróleo.

Os deslocamentos da classe média seguiram padrões semelhantes aos da classe popular. Para os que deixavam a capital do estado, a Baixada Fluminense e a Periferia Sul foram os principais destinos, enquanto a Periferia Norte foi o destino predominante para aqueles oriundos de Niterói, conforme ilustrado no Quadro 4.

Quadro 4: Origem dos deslocamentos pendulares da classe média com destino aos municípios da Periferia em 2000 e 2010.

Unidade Territorial	2000				2010			
	BF	PN	PS	Total	BF	PN	PS	Total
Total	28.337	5.811	2.921	37.169	41.639	8.593	4.634	54.867
Rio de Janeiro	6.705	398	1.351	8.454	999	842	2.016	12.767
Niterói	390	2.702	28	3.120	526	3.209	51	3.785
Baixada Fluminense	20.570	230	697	21.497	29.849	455	897	31.200
Periferia Norte	388	2.457	39	2.894	834	4.64	140	9.038
Periferia Sul	285	14	805	1.104	521	24	1.531	2.076

Nota: BF = Baixada Fluminense; PN = Periferia Norte e PS = Periferia Sul

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE

O Quadro 5 mostra as origens dos deslocamentos da classe dominante. Nela é possível ver que mais de um terço desses fluxos tinham como origem os municípios da Baixada Fluminense e mais da metade partiam da própria periferia. Foi nessa classe que ocorreu a maior variação entre os anos 2000 e 2010, passando de 12.383 pessoas em 2000 para 30.777 pessoas em 2010, representando uma variação positiva de 148% na década.

Quadro 5: Origem dos deslocamentos pendulares da classe dominante com destino aos municípios da Periferia em 2000 e 2010.

Unidade Territorial	2000				2010			
	BF	PN	PS	Total	BF	PN	PS	Total
Total	8.412	2.95	1.036	12.383	21.424	6.852	291	30.777
Rio de Janeiro	3.839	230	630	4.699	9.738	817	1.639	128
Niterói	466	2.216	19	2.702	883	351	39	4.873
Baixada Fluminense	396	34	122	4.142	10.052	270	323	10.645
Periferia Norte	41	456	0	497	474	1.814	0	2.288
Periferia Sul	80	0	265	345	277	0	500	776

Nota: BF = Baixada Fluminense; PN = Periferia Norte e PS = Periferia Sul

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE

O aumento do fluxo em direção à Periferia reflete o dinamismo econômico que essa região experimentou ao longo da década, passando de pouco mais de 300 mil empregos formais em 2000 para mais de 600 mil em 2010. Além disso, a Periferia consolidou-se como um importante polo de trabalho, atraindo um contingente significativo da classe dominante, especialmente na Baixada Fluminense. Assim, esses deslocamentos em direção à Periferia evidenciam as transformações econômicas da região, que se tornou um destino relevante para as classes popular, média e dirigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município do Rio de Janeiro continua a ser o principal destino das pessoas que realizavam movimentos pendulares, mantendo-se assim como centro da região metropolitana. Este município tem características de concentração de oportunidades de trabalho, infraestrutura e população, além de contar com uma rede de infraestrutura de transporte que o conecta aos demais municípios metropolitanos.

Embora essas características sejam persistentes, ao se analisar dados do mercado de trabalho formal e os deslocamentos pendulares em 2000 e 2010, percebe-se que a periferia metropolitana estava assumindo novas funções, principalmente como local de trabalho, chegando ao patamar de 20% da força de trabalho formal da RMRJ. Essa importância da periferia como local de trabalho também se evidencia pela queda na taxa de desocupação que entre 2000 e 2010 diminuiu em aproximadamente 50%

Diante desse quadro, os movimentos pendulares se intensificam na RMRJ de forma dispersa, de modo que os destinos em direção à capital diminuíram e, conseqüentemente, aumentou em direção aos municípios da periferia, especificamente em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense

Esses deslocamentos foram analisados a partir de um modelo de estratificação sócio-ocupacional presente em diversos trabalhos do Observatório das Metrôpoles, que segmenta as ocupações em três classes: a popular, a média e a dominante.

Entre 2000 e 2010 não ocorreram mudanças nas hierarquias ocupacionais na região metropolitana, a classe popular era, como o esperado, a mais volumosa em todos os municípios. No entanto, a classe dominante apresentou crescimento expressivo nesta década, em todos os municípios, inclusive na periferia.

Com essa estratificação apresentou-se a dinâmica dos movimentos pendulares, com destaque aos locais de origem e partida dessas classes com destino a periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Como resultados, mostramos que em toda RMRJ a classe popular manteve e até mesmo reduziu em alguns municípios o seu volume de deslocamento pendular. No entanto, na classe dominante foi verificado um aumento expressivo de pessoas ocupadas e aumento de pessoas que realizam deslocamento pendular nesta classe.

Dessa forma, pode-se dizer que há um duplo processo, um aumento de pessoas da classe popular residindo e trabalhando no mesmo município ao mesmo tempo em que a classe dominante intensifica seus movimentos pendulares. Esse resultado indica que a classe dominante tem mais possibilidades de buscar trabalhos por toda RMRJ, enquanto a classe popular continua se deslocando majoritariamente para o município do Rio de Janeiro.

Portanto, debatemos como os deslocamentos pendulares indicam muito mais do que os sentidos e direções dos trabalhadores. Eles são um fenômeno capaz de apontar a dinâmica da produção do espaço sob a lógica do sistema capitalista. E que esses destinos não são fruto do acaso, mas sim das relações sociais que produzem esses fluxos.

É necessário destacar que esta pesquisa evidencia uma realidade já distante do que se observa na atualidade. Contudo, trata-se de um estudo que é base para futuros projetos

que busquem compreender a dinâmica dos deslocamentos para o trabalho em áreas metropolitanas. Além disso, ressalta a importância de levantamentos do tipo censitário, como os realizados pelo IBGE, para estudos da realidade urbana e metropolitana do Brasil.

Por fim, os dados do Censo de 2022, que ainda não foram divulgados, são um ótimo norte para entender os deslocamentos pendulares num contexto de transformações do mundo do trabalho, com o aumento dos trabalhos por conta própria e a 'plataformização' da força de trabalho. E há ainda outros dados interessantes nesse levantamento, como a forma que esses deslocamentos são realizados, permitindo ampliar o estudo para as condições de mobilidade urbana em que esses deslocamentos são realizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Valmir. Mobilidade pendular na Metrôpole Paulista. São Paulo Perspectiva, v. 19, n. 4, 2005. P. 96 – 109.

BRANCO, Maria Luiza Castello; FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas; MOURA, Rosa. Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador. In: XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005, Salvador. Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005. p. 1-19.

BRITO, Fausto; Souza, Joseane de. Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. São Paulo em Perspectiva, v.19, n. 4, 2005.

FERREIRA, Ulisses. Mover-se na metrôpole: uma análise dos movimentos pendulares à luz das transformações na estrutura sócio-ocupacional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010. Tese. ENCE/IBGE. 2022

FERREIRA, Ulisses; JANNUZZI, Paulo; GIANNELLA, Letícia. Mover-se na metrôpole: movimentos pendulares na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Cadernos da Metrôpole, v. 11, 2023.

GAUDEMAR, Jean Paul; Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

IBGE. Documentação do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro. 2000

IBGE. Microdados do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro. 2000

IBGE. Documentação do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro. 2010

IBGE. Microdados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro. 2010

IBGE. Apresentação do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo/apresentacao.html#:~:text=O%20Censo%202010%20%C3%A9%20um,intensificados%20a%20partir%20de%202008.> – acesso em 05 de novembro de 2024

JANNUZZI, Paulo de Martino; MONTAGNER, Paula. Estado de bem-estar, políticas públicas e mobilidade social. In: Jorge Abrahão de Castro; Marcio Pochmann. (Org.). Brasil: Estado social contra a barbárie. 1ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020, v. 1, p. 231-253.

LAGO, Luciana Corrêa do. Trabalho, moradia e (i) mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. Cadernos Metrôpole (PUCSP), v. 18, p. 12, 2007.

LAGO, Luciana. O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a “periferia” que virou “centro”. *IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16, Anais, 2008*

LAGO, Luciana; MAMMARELA, Roseta. Da hierarquia de classes à organização social do espaço intraurbano: um olhar comparativo sobre as grandes metrópoles brasileiras. Cadernos Metrôpole (PUCSP), v. 12, p. 65-84, 2010.

LENCIONI, Sandra. Metrôpole, metropolização e regionalização. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. A mobilidade espacial da população e as transformações do processo produtivo no Brasil pós 1980: o caso do estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 2009.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; LAGO, Luciana. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Cadernos Metrôpole (PUCSP), São Paulo, v. 4, n. julho-dez, 2000. p. 173-203

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes; COSTA, Lygia. Estrutura social no Brasil metropolitano. *In: RIBEIRO, Marcelo Gomes; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; COSTA, Lygia (Org.). Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2013. p. 19-40.*

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. Considerações sobre o Espaço Fluminense: Estrutura e Transformações. In: MARAFON, Gláucio José. (Org.). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: IBPI, 2001.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Estrutura social e desigualdade de renda: uma comparação entre os municípios metropolitanos e os não-metropolitanos do Brasil entre 2000 e 2010. Revista Brasileira de Estudos de População - REBEP, v. 32, p. 237-256, 2016.